

Assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (1719-1753): ler e escrever conforme as testemunhas

*Marriage Records of the Freguesia de Santo Antônio
do Urubu de baixo do Rio São Francisco (1719-1753):
reading and writing according to the witnesses*

Lécio Barbosa de Assis¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

Jorge Augusto Alves da Silva²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

Vera Pacheco³

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

Resumo: O principal interesse desse estudo é analisar as práticas sociais da cultura escrita, com especial atenção ao exame das assinaturas das testemunhas de casamentos, presentes no primeiro livro de registros paroquiais da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, Capitania de Sergipe d'El Rey do século XVIII. Como base teórico-metodológica, utilizou-se a perspectiva da História Social da Cultura Escrita (Castillo Gómez, 1999; 2003; Castillo Gómez; Sáez, 1994; Petrucci, 2000; 2002) e as interfaces necessárias entre a Filologia e a Paleografia (Spina, 1977; Cambraia, 2005; Berwanger; Leal, 2008). Assim, a presente investigação configura-se como um estudo de um corpus diacrônico a partir da leitura e da transcrição paleográfica, descrição e análise das assinaturas das testemunhas de casamentos, produzidas por uma classe dominante e por pessoas socialmente autorizadas para ordenar relações e práticas sociais (Castillo Gómez, 2003), refletindo etapas pretéritas das habilidades de ler e escrever, permitindo a realização de um estudo, segundo a caracterização de Magalhães (1996). Os registros de casamentos seguiam a um formulário preestabelecido pelas Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino (1545-1563) e das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), exarados pelos párocos, que no ato do registro assinavam o documento, juntamente com as testemunhas. Nesse sentido, as questões que se propõe são: quem soube escrever naquele momento particular e quais as relações sociais são representadas pela materialidade da escrita naquele microcosmo social do sertão de baixo do século XVIII? Para essas perguntas, a hipótese inicial é a de que a instrução estava diretamente relacionada às classes da sociedade e específica para cada sexo, e teria sido este o motivo, pelo qual determinadas testemunhas não grafaram seus nomes no documento. Por intermédio dos dados coletados e analisados, obteve-se o resultado de que a instrução estava diretamente relacionada com as classes da sociedade e específica para cada sexo, reflexo de uma posição privilegiada naquele contexto social.

¹ Doutorando na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: falecomlecio@gmail.com

² Doutor em Letras (Área de Concentração em Linguística Histórica pela Universidade Federal da Bahia (2005). E-mail: jorge.silva@uesb.edu.br.

³ Doutora em Linguística pela Unicamp; Professora Plena vinculada ao Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-graduação em Linguística e ao Profletras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); E-mail vera.pacheco@gmail.com

Palavras-chave: História Social da Cultura Escrita. Filologia. Paleografia. Assinaturas. Assentos de casamentos.

Abstract: The main interest of this study is to analyze the social practices of the written culture, with special attention to the examination of the signatures of the witnesses of marriages, present in the first book of parish registers of the Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, Capitania of Sergipe d'El Rey from the 18th century. As a theoretical-methodological basis, the perspective of the Social History of Written Culture (Castillo Gómez, 1999; 2003; Castillo Gómez; Sáez, 1994; Petrucci, 2000; 2002) and the necessary interfaces between Philology and Paleography (Spina, 1977; Cambraia, 2005; Berwanger; Leal, 2008). Thus, the present investigation is configured as a study of a diachronic corpus based on reading and paleographic transcription, description and analysis of the signatures of witnesses to marriages, produced by a dominant class and by people socially authorized to order relationships and social practices (Castillo Gómez, 2003), reflecting past stages of reading and writing skills, allowing the realization of a study, according to the characterization of Magalhães (1996). The marriages records followed a form pre-established by the Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino (1545-1563) and of the Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) drawn up by the parish priests, who in the act of registration signed the document, together with the witnesses. In this sense, the questions proposed are: who knew how to write at that particular moment and what social relations are represented by the materiality of writing in that social microcosm of the sertão de baixo of the 18th century? For this question, the initial hypothesis is that the instruction was directly related to the classes of society and specific to each gender, and this would have been the reason why certain witnesses did not write their names on the document. Through the data collected and analyzed, the result was obtained that instruction was directly related to the classes of society and specific to each sex, reflecting a privileged position in that social context.

Keywords: Social History of Written Culture. Philology. Paleography. Signatures. Marriage Records.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho foi realizado a partir de assentos de casamentos pertencentes aos registros paroquiais da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (1719-1753)⁴, Capitania de Sergipe d'El Rey. A referida freguesia, localizada à margem direita do Rio São Francisco, corresponde atualmente ao município sergipano de Propriá e região. Os registros paroquiais são fontes que efetivamente abarcam toda a população, vindo daí o interesse por elas da parte dos historiadores. As certidões de casamentos religiosas são textos descritivos e informativos que agregam informações sobre os sacramentos já realizados por aqueles que estão se casando (Barros, 2019, p. 152). A constituição textual do gênero assento de casamento segue um modelo instituído pelas *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563) e pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, promulgadas em 1707 e impressas em 1719. Tais registros apresentam maior distanciamento comunicativo, apresenta linguagem formal, fórmulas preestabelecidas e estrutura fixa, como data, diligências, resultado das diligências, testemunhas, ato do casamento e o ato do registro e assinatura(s) (Simões; Costa, 2009, p. 46).

A análise dos registros paroquiais também possibilita o estudo de diversos fenômenos linguísticos assinalados pelo contexto sócio-histórico do local de produção,

⁴ O livro paroquial utilizado para o presente estudo contém registros de casamentos e óbitos. Os assentos de casamentos abarcam a data limite de 1719 a 1753, enquanto os assentos de óbitos foram lançados até o ano de 1757. O objeto do estudo foi identificado somente nos registros de casamentos.

além de revelar aspectos que caracterizam o estado da língua portuguesa em tempos pretéritos (Assis *et al*, 2021, p. 186). O presente trabalho tem como objeto de estudo as assinaturas das testemunhas de casamentos registradas no primeiro livro de assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco. A escolha do referido objeto foi inspirada na reflexão do filólogo e paleógrafo italiano Armando Petrucci (2000, p. 71) que chama a atenção para a falta de pesquisas qualitativas sobre a produção escrita de membros das classes subalternas dos séculos XVIII e XIX, a exemplo da análise das assinaturas. Para Petrucci (2000, p. 72), a referida produção escrita trata de um material disperso, de fragmentos verdadeiros e autênticos que sobreviveram às ações de destruição ao longo do tempo e que esse material pode ser encontrado em nossas cidades, arquivos e casas, basta procurá-los e estudá-los.

Assim, buscou-se, neste trabalho, um diálogo interdisciplinar entre a História Social da Cultura Escrita (Castillo Gómez, 1999; 2003; Castillo Gómez; Sáez, 1994; Petrucci, 2000; 2002) e os estudos filológicos e paleográficos (Spina, 1977; Cambraia, 2005; Berwanger; Leal, 2008), a fim de analisar as práticas sociais da cultura escrita, com especial atenção ao exame das assinaturas das testemunhas de casamentos, tendo em vista que, a realização de um estudo linguístico em documentos históricos, requer o labor filológico que “concentra-se no texto para explicá-lo, restituí-lo” (Spina, 1977, p.75).

Desse modo, para o desenvolvimento do presente estudo, fez-se indispensável o olhar interdisciplinar para auxiliar a exploração das particularidades do suporte material do manuscrito, bem como a leitura e transcrição a partir da reprodução *fac-similar*, de acordo com as orientações de Spina (1977) e Cambraia (2005), para a edição diplomática e para o estudo da dimensão externa da escrita. A fonte documental estudada encontra-se sob a guarda da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA e as reproduções *fac-similares* pertencem ao Projeto de Pesquisa Educação Patrimonial: mapeando acervos históricos e culturais de Bom Jesus da Lapa, vinculado ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Universidade do Estado da Bahia, *Campus XVII*, Bom Jesus da Lapa-BA.

Nos livros de registros paroquiais, apenas os livros de assentos de casamentos apresentaram e conservaram assinaturas das testemunhas. Estes livros são representados por diversos grupos sociais, de uma sociedade rural, e com isso, “é desde logo aumentar as probabilidades de analfabetismo” (Magalhães, 1996, p. 437). Por outro lado, possibilita-se o conhecimento da habilidade de escrita de boa parte dos fregueses do sertão de baixo do Rio São Francisco. As assinaturas das testemunhas presentes no livro analisado finalizam o registro após a assinatura do vigário que realizou a celebração ou lavrou o assento. Diversos registros não constam as assinaturas das testemunhas, instigando, desse modo, as seguintes reflexões: quem soube escrever naquele momento particular e quais as relações sociais são representadas pela materialidade da escrita naquele microcosmo social do sertão de baixo do século XVIII?

A partir dessas reflexões, aventam-se hipóteses de que a instrução estava diretamente relacionada às classes da sociedade e específica para cada sexo, e teria sido este o motivo, segundo o qual determinadas testemunhas não grafaram seus nomes no documento. Se realmente elas não assinavam, percebe-se que este motivo não as impediu de participar dos arranjos sociais na freguesia em que moravam, demonstrando que os

registros paroquiais são fontes que abarcam de forma mais ampla os diversos segmentos da sociedade.

2 SOBRE O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Os arquivos paroquiais do sertão do Rio São Francisco inspiram investigações sobre os fatores sócio-históricos e os fenômenos linguísticos, além de fornecer informações sobre os *scriptores*, o marco diatópico, o marco temporal e, sobretudo, sobre a própria fonte documental. Nas palavras de Spina (1977, p. 77), “[...] o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, para se transformar em um elemento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época”. Os vestígios da escrita deixados pela pena dos *scriptores* (párocos) e pelas assinaturas das testemunhas de casamento alargam o conhecimento não só do uso da língua portuguesa, no século XVIII, mas também, da cultura da sociedade a partir do estudo dos testemunhos textuais e gráficos.

A noção de assinatura que permeia este trabalho trata da perspectiva tal qual aponta Chartier (2009, p. 113), no sentido de ser “indicadores culturais macroscópicos, compostos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa”. A análise paleográfica das assinaturas mostra como as testemunhas de casamento em questão revelam a sua capacidade de escrever a partir do reflexo do contexto social, político e cultural, ali apresentados naquele microcosmo do sertão de baixo do São Francisco. Essa amostra de assinaturas permite entender a relação entre a posição social, a difusão da escrita e a (in)capacidade de assinar o nome.

No estudo das práticas de leitura e escrita no sertão de baixo do Rio São Francisco do século XVIII, as assinaturas das testemunhas de casamentos são um dos poucos testemunhos materiais de um processo de alfabetização naquele microcosmo social. A ausência de assinatura das testemunhas indica, igualmente, um vestígio de pessoas com baixo ou nenhum nível de alfabetização, pertencentes às diversas classes sociais abarcadas pelos registros paroquiais. Para Castillo e Sáez (1994, p.146), a alfabetização é uma das linhas de pesquisa mais promissora porque envolve a análise histórica de um problema que perdura pela sociedade até os dias de hoje.

Os autores destacam que, nos estudos sobre a alfabetização, a análise paleográfica é essencial na interpretação global e na abordagem multidisciplinar da história da cultura escrita, não só de uma perspectiva eventual, mas também social. Petrucci (2002, p. vi) reforça que todas as épocas e todas as sociedades podem ser mais conhecidas e valorizadas pelo uso que fazem do instrumento de escrita e por meio de sua materialidade, que transforma as relações sociais. Segundo Berwanger e Leal (2008, p. 89), “o estudioso da leitura paleográfica deve conhecer, antes de tudo, não só a língua em que o documento foi escrito como também na época da inscrição”. Isso quer dizer que a escrita deve ser considerada, no âmbito da sociedade que a produz, a partir das formas gráficas e do contexto sócio-histórico e cultural de cada época.

Castillo Gómez (2003, p. 96) salienta que a história da cultura escrita transcende a consideração da escrita como um mero sistema gráfico para se questionar principalmente sobre suas diferentes funções e as práticas materiais consequentes, sempre em referência às respectivas sociedades históricas, e levando-se em consideração que, a cada momento, a sociedade é formada por pessoas alfabetizadas e analfabetas. Por essa razão, ainda segundo o autor, a cultura escrita, como prática social, mergulha-nos em uma aventura tão emocionante quanto a de reconstruir, a partir dos próprios testemunhos escritos, e sem esquecer sua análise formal, o significado e o uso que as respectivas sociedades deram a escrita ao longo do tempo.

Villalta (2018), ao discutir os modelos de instrução elementar que vigoraram no século XVIII entre as camadas mais humildes, evidenciou o aprender-fazendo: extramuros da escola. O autor lembra, ainda, que a instrução deveria ser diferente de acordo com as classes da sociedade e a relação entre mestres e aprendizes era voltada para o aprendizado de habilidades, ofícios e primeiras letras, e os filhos deveriam exercer trabalhos semelhantes ao dos pais, como definia a lei através das Ordenações Filipinas⁵.

Gorgulho (2011), em estudo que analisa as práticas educativas no período colonial, com base em 488 inventários *post mortem* referentes à segunda metade do século XVIII, na Comarca de Rio das Velhas, da Capitania de Minas Gerais, encontra, nas fontes, as seguintes práticas educativas: criação/educação, ofícios mecânicos, instrução elementar, instrução complementar e instrução superior. A síntese dessas práticas foi reproduzida no

Quadro 1:

Quadro 1: Práticas educativas

Nome do grupo	A que se refere
Criação/educação	Quando há no documento apenas a menção de que o órfão está sendo bem “criado e educado com todo o necessário”, não sendo especificado como se dava essa criação/educação;
Ofícios mecânicos	Aprendizado de alguma atividade mecânica, como a de alfaiate, sapateiro, costura, bordado, fazer renda; etc.
Instrução elementar	Aprendizado das primeiras letras, ou seja, ler, escrever e contar;
Instrução complementar (também chamada de secundária por alguns autores)	Aprendizado que vai além do elementar, ou seja, quando o órfão aprende Gramática, Retórica e/ou Música
Instrução superior	Frequência à Universidade ou ao Seminário

Fonte: Gorgulho (2011, p. 61).

A síntese apresentada por Gorgulho (2011, p. 61) delineou o contexto da instrução em relação aos órfãos do período colonial em Minas Gerais, e compactuando desse mesmo modelo de práticas educativas, pode-se imaginar uma possibilidade para a situação

⁵ As Ordenações Filipinas - código legal português - foram promulgadas em 1603 por Filipe I, rei de Portugal, e ficaram em vigência até 1830. São formadas por cinco livros, este código foi um poderoso instrumento para a ação política do monarca, tanto em Portugal como nas terras colonizadas pelos portugueses (LARA, Sílvia Hunold. Ordenações Filipinas. São Paulo: Martins Fontes, 1999).

instrucional de toda a Colônia, levando em consideração as especificidades de cada província e de cada núcleo familiar, especialmente, no mais distante sertão.

Outra situação vivenciada no período colonial, em relação às práticas educativas, mencionada por Villalta (2018, p. 137), é à preocupação dos pais em garantir a instrução dos filhos, o que levou eles próprios a fazer, ou a recorrer a parentes e capelães, ou ainda, a contratar mestres para ensiná-los, em especial, as primeiras letras.

Ao analisar sobre a instrução elementar na Capitania de Sergipe d'El Rey, Santos (2011, p. 239) define o modelo de instrução nos anos setecentos como:

[...] um conjunto de práticas educativas de base religiosa, as quais, em um primeiro momento, apresentavam uma base comum para homens e mulheres que aprendiam a Doutrina Cristã e os Bons Costumes. Em um segundo momento, a instrução se diferenciava a partir do sexo, sendo que, para os homens, designava-se a apreensão das primeiras aprendizagens ou saberes elementares (ler, escrever e contar) e para as mulheres destinava-se a apreensão de ofícios (cozer, fiar, fazer renda e bordar). Essas práticas eram aprendidas desde a infância e se estendiam até a idade adulta; podiam ser escolares ou não escolares e visavam a atingir, preferencialmente, aqueles indivíduos dotados de posses (Santos, 2011, p. 239).

Podemos considerar o modelo descrito por Santos (2011) como uma medida de organização da instrução no período colonial com a intenção de controle da educação escolar e, conseqüentemente, desenvolvimento de uma política de difusão da Língua Portuguesa, embora, como menciona a autora, os indivíduos de posses eram atingidos preferencialmente. Villalta (2018, p. 128) ressalta que, nesse período, nos discursos das autoridades, a educação escolar ganhou mais importância, e a Coroa portuguesa procurou, ainda, aprimorar o controle sobre a circulação dos livros e a sociedade passou a valorizar mais a instrução, o acesso aos livros em geral.

Santos (2011), no tocante à circulação de livros, especialmente na Cidade de Sergipe d'El Rey (Capital da Província à época), ao considerar um cenário voltado para as atividades agrícolas e que os habitantes rurais moravam em modestas habitações, distantes umas das outras, levantou o questionamento se haveria quem se interessasse pela aquisição de livros. Questionamento semelhante foi feito por Abreu (2001), em seu artigo *Quem lia no Brasil Colonial?* A autora analisou documentos produzidos pela censura portuguesa no intuito de controlar a entrada e a circulação de livros no Brasil e constatou a entrada frequente de numerosas obras remetidas da Europa. A pesquisa teve como *locus* o Rio de Janeiro, e os estudos revelaram um nítido interesse pelos romances, por obras didáticas, por livros infantis e por autores clássicos franceses.

Retornando à Capitania de Sergipe d'El Rey, Santos (2011, p. 52) desvelou a existência de um ambiente urbano, o que possibilitou visualizar uma cidade com serviços diversos, onde transitavam intelectuais, além da circulação de ideias, de capital financeiro, e por que não, de livros. Ao esquadrihar setenta e oito inventários, a autora rastreou vestígios da instrução elementar e da circulação do saber. Tendo os inventários como base, Santos (2011) analisou um documento relacionado à circulação de livros em Sergipe setecentista, proporcionando valiosas reflexões.

No inventário de Dona Jozepha Maria de Sirqueira, Santos (2011, p. 65) encontrou entre os bens arrolados, uma livraria com quinhentos livros, avaliados em quatrocentos mil réis, o que indicava uma posição privilegiada da família de D. Jozepha no microcosmo social da cidade de Sergipe d'El Rey. Santos (2011, p. 56) arremata que a existência de uma livraria nos anos setecentos é um forte indício da presença cultural e pedagógica não só da cidade de Sergipe d'El Rey como de toda a Capitania de Sergipe. No inventário, não há a descrição dos títulos dos livros, mas no rol dos devedores do mesmo documento, destaca uma dívida do Reverendo Padre Domingos Vieira de Melo que comprou 68 tomos pequenos de uma *Istória Ecclesiastica*⁶.

Outro trabalho que faz menção à instrução que pode elucidar sobre o cotidiano da Capitania de Sergipe d'El Rey é o texto de Santos, Amorim e Nascimento (2017), no qual se discute a relação da instrução e escravidão na segunda metade do século XVIII. Ao investigar 87 inventários judiciais, as pesquisadoras encontraram, no Livro de testamentos, dentre outros fatos:

a instrução elementar no período mencionado era permitida aos filhos de famílias que tinham bens, ou seja, era proporcionada de acordo com o poder econômico de cada uma. Isso porque os filhos das famílias que tinham bens, futuramente, seriam os patrões ou deveriam ter condições para assumir os cargos de comando na sociedade. Assim, o fato de os filhos dessas famílias aprenderem a ler e a escrever não era tão somente uma necessidade, mas uma imposição jurídica, como determinavam as Ordenações Filipinas (1870) (Santos; Amorim; Nascimento, 2017, p. 256).

A partir dessa referência, pode-se perceber que a instrução das primeiras letras foi eixo basilar para deslanchar o processo de escolarização na Colônia, revelando que as práticas educativas estavam voltadas às questões próprias da condição social e do sexo. Santos (2011) descreveu quatro modelos de instrução elementar, que vigoraram no século XVIII, no período de 1775 a 1799, que abrange a documentação de sua pesquisa:

O primeiro modelo denominado Doutrinação, Catequese ou Instrução de viva voz, foi ministrado pelos Franciscanos e Carmelitas para os filhos dos índios e dos colonos sergipanos.

O segundo modelo de instrução elementar encontrado em suas fontes, a clausura feminina, em 1743, considerado como uma das opções de educação estabelecida para as mulheres de posses à época.

O terceiro modelo, designadas “aulas de primeiras letras ou ensino de primeiras letras, vigorou a partir da expulsão dos jesuítas, de 1759 a 1792.

O quarto modelo foi a instrução própria do seu sexo, destinado às órfãs menores, e não envolvia o aprendizado da leitura e da escrita, registrado de 1752 a 1792 (Santos, 2011, p. 250).

Magalhães (1996, p. 434), ao discutir o fenômeno e o perfil do alfabetizado no Antigo Regime, no decurso do século XVIII, explica que a noção de instrução elementar

⁶ A “Istória Ecclesiastica” citada no inventário de Josefa Maria de Serqueira está inserida no âmbito da circulação de livros, sendo um conteúdo obrigatório para o ensino de primeiras letras e secundário (SANTOS, 2011, p. 65).

era centrada na complementaridade das capacitações de ler, escrever e contar. Quanto aos meios de circulação da escrita no Antigo Regime, Magalhães (1996, p. 436) salienta que as práticas de leitura e escrita predominavam nos meios religiosos, científicos, cívicos, questões de Estado, legislativas, judiciais e tributarias, além do foro privado⁷.

Em relação às assinaturas, objeto deste estudo, Magalhães (1996, p. 438) considera que a assinatura é “o sinal mais universal e mais documentado no que respeita ao comportamento alfabético e literácito dos sujeitos é a marca autográfica”. É importante definir que a assinatura, de acordo com Magalhães (1996, p. 438), “é um registo gráfico com relevantes marcas de padronização no que se refere às dimensões pessoais, sócio-culturais e sócio-profissionais”. Magalhães (2000) observa que, dependendo dos objetivos da pesquisa e das características da população estudada, o estilo de escrita e as escalas de assinatura utilizadas apresentam mais ou menos etapas. De fato, uma escala é construída para ordenar níveis gráficos e combiná-los com categorias de alfabetização, que são próprias do contexto social e da história da cultura escrita.

Sobre as escalas de assinaturas, Magalhães (1996) apresenta **Quadro 2** seguinte:

Quadro 2: Escala de assinaturas

Escala de assinaturas	Escalas de níveis de alfabetização (engloba a de leitura e de escrita)
5) assinatura personalizada; criativa	1) fala/ discursiva, lê e escreve bem, com propriedade e estilo; comunica com persuasão;
4) assinatura caligráfica; estilizada	2) fala, discursiva, lê e escreve com correção/ maestria; comunica com fluência;
3) assinatura completa; normalizada	3) fala/prática e lê aceitavelmente; escreve com incorreções; comunica com propriedade e oportunidade;
2) assinatura incompleta; <mão guiada>	2) fala/prática e lê com incorreções; assina o nome de forma rudimentar; comunica com propriedade;
1) sinal - assinatura	1) fala/prática e comunica com aceitabilidade/reconhecimento

Fonte: Magalhães (1996, p. 443).

Conforme consta no **Quadro 2**, Magalhães (1996, p. 443) procura potencializar a assinatura como fonte de informação em si própria, e como um produto de aprendizagem e de uma realização contextualizada e focalizada num sujeito histórico. Em consonância com o pensamento de Magalhães (1996), Flexor (2005, p. 3) em seu texto *Inventários e testamentos como fontes de pesquisa*, comentando sobre os estágios da cultura, informa que estes são avaliados “principalmente pela própria grafia, ortografia, e mesmo pelas assinaturas em cruz, ‘a rogo’, grafadas corretamente ou desenhadas, presentes nos documentos”.

Ainda no que diz respeito às assinaturas presentes nas fontes, Magalhães (1996) afirma que há como direcionar um indicador de alfabetismo a partir da análise do traçado autográfico, níveis e competências literácitas. Ainda de acordo com esse mesmo autor, a assinatura tem um valor historiográfico na medida em que uma observação sistêmica de

⁷ Livros de contas, livro razão, cartas, bilhetes, diários, entre outros.

informações sobre o sujeito e sobre o que se refere ao estilo e à evolução da ortografia é investigada.

Magalhães (1996, p. 441) elencou três variáveis para investigar os processos de alfabetização no Antigo Regime em Portugal:

- a) variáveis relativas ao contexto, ao local e ao tempo histórico; b) variáveis relativas à evolução do código linguístico, nomeadamente no que diz respeito à vernacularização e gramaticalização da língua e aos meios, necessidades e formas de mobilização da cultura escrita no quotidiano; c) variáveis relativas aos processos, oportunidades de acesso e práticas da cultura escrita por parte dos sujeitos e dos diferentes grupos sociais (Magalhães, 1996, p. 441).

Tal investigação empreendida por Magalhães (1996) apresenta variáveis dentro de contextos linguísticos e extralinguísticos, visando à institucionalização do processo de alfabetização no Antigo Regime. Estas variáveis demonstraram que as iniciativas do governo português apontavam de forma progressiva para a institucionalização do acesso à cultura escrita. Através dessa caracterização, percebe-se que a influência da cultura escrita ao longo do desenrolar do século XVIII, no cenário colonial, não chegaria de forma simultânea em todos os rincões da Colônia, e, por isso, é pertinente conhecer as características sócio-históricas do sertão de baixo do São Francisco, região de origem das fontes desse estudo, a fim de compreender melhor as peculiaridades das práticas educativas deste lugar.

Os estudos relacionados aos níveis de alfabetismo através da exploração de fontes históricas vêm ganhando destaque no âmbito nacional, pois contribuem para a valorização da história social linguística do português brasileiro. No contexto temporal do século XIX, destacam-se os trabalhos de Carneiro (2015) e Jesus, Carneiro e Lacerda (2017), os quais, a partir de livros paroquiais de terras e de notas de municípios baianos, aplicaram o método do cômputo binário de assinaturas para mensurar os níveis de alfabetização das regiões nordeste e oeste da Bahia rural nos oitocentos.

O trabalho empreendido por Carneiro (2015), intitulado *Mensuração de níveis de Alfabetismo no Nordeste da Bahia (1857-1878)*, de caráter exploratório, analisou os Registros Eclesiásticos ou Paroquiais de Terras e Livros de Notas de Municípios de três localidades da região Nordeste da Bahia: Bom Conselho (1857–1859), Tucano (1865–1869) e Itapicuru (1875–1878), com o objetivo de contribuir com o processo da difusão e das práticas de escrita na sociedade rural baiana através da aplicação do método do cômputo binário de assinaturas (Marquilhas, 2000) e do conceito funcional de alfabetização condizente com a capacidade de assinar. Marquilhas (2000) recorreu a esse método para analisar documentos da Inquisição do santo Ofício de Portugal nos seiscentos, associando as assinaturas dos documentos às variáveis sexo, idade, residência e classe socioprofissional das testemunhas.

Ao analisar as assinaturas dos proprietários de terras, no contexto da regulamentação de terras no período não censitário, a autora destacou que a capacidade de assinar é relativamente alta nas localidades estudadas, com destaque para Itapicuru (86,36%), Tucano (50,80%) e Bom Conselho (45,91%), diferindo, assim, do resultado

identificado no Censo de 1872. Para a autora, trata-se de um grupo privilegiado, com posses e domínio da escrita, formada em sua maioria por homens (64,08%).

Com base nos dados qualitativos fornecidos pela observação da morfologia das assinaturas, indicando os diferentes níveis de domínio da escrita, Carneiro (2015) concluiu que, no recorte temporal analisado, uma determinada camada social dominava a prática de escrita naquela região da Bahia, formada majoritariamente por homens de posses.

Jesus, Carneiro e Lacerda (2017) realizaram uma tarefa análoga ao estudo de Carneiro (2015) sobre o cômputo das assinaturas em Declarações de Terras no contexto do oeste baiano, intitulada “*Mensuração de níveis de alfabetismo na Bahia rural oitocentista: a Região Oeste*”. Os autores consideraram os documentos produzidos no primeiro cadastramento fundiário do Brasil, conhecido como Lei de Terras, como registros materiais das práticas escritas na região de Campo Largo, região oeste da Bahia.

O objetivo foi apresentar os índices de alfabetismo através da aplicação do método binário do cômputo das assinaturas (Marquilhas, 2000) no corpus constituído por 263 declarações produzidas pelos declarantes de Campo Largo. Foi possível identificar o resultado de 141 (53,6%) sabiam assinar o próprio nome e 114 (43,4%) não assinaram e 8 (3%) assinaram por procuração. Quanto ao registro de dados para a categoria sexo, a amostra apresentou 62,3% de homens que sabiam assinar o nome contra 23,7% de mulheres. Os autores se propõem a analisar os dados a partir do contexto sócio-histórico do recorte temporal e espacial, o qual a elite rural era predominada por homens que assumiam os papéis sociais (negociante, eleitor, senhor de terras e de escravos) na comunidade estudada.

Por fim, os autores comparam os dados da região oeste da Bahia oitocentista com os achados de Carneiro (2015), concluindo que, em ambos, houve um índice alto de analfabetos ao comparar os resultados do final do século XIX com o censo de 1870. Diante do confronto dos dados, os autores apontaram, possivelmente, para a existência de uma elite local com a capacidade de ler e escrever, a partir de um amplo contato linguístico devido ao envolvimento com uma diversidade populacional, resultado das práticas sociais.

Na seção seguinte serão delineados os procedimentos metodológicos adotados para a presente investigação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O caminho metodológico trilhado no presente estudo combina a análise paleográfica e filológica, para auxiliar a exploração das particularidades do suporte material do manuscrito, bem como da leitura e transcrição, a partir da reprodução *fac-similar* de acordo com as orientações de Spina (1997) e Cambraia (2005) para a edição diplomática. Este tipo de edição reproduz rigorosamente o testemunho textual e conserva todas as características da escrita, favorecendo a “[...] recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura” (Cambraia, 2005, p. 19).

Entretanto, por se propor à conservação das características do documento original, como “sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, transliteração, separação

vocabular etc.” (Cambráia, 2005, p. 93), esse tipo de edição voltada para a realização de estudos linguísticos de documentos históricos, mesmo que apresente uma leitura facilitada em relação à edição fac-similar, ainda assim pode oferecer obstáculo para o leitor não especializado. Daí o cuidado em realizar a transcrição do documento fielmente ao original, contudo, sofrerá alterações que dizem respeito aos critérios adotados desse tipo de edição.

Petrucci (2000) considera que os modelos utilizados sejam os mais consistentes possíveis, que pertençam a um período restrito ou um ambiente facilmente identificável e homogêneo. Sobre esse aspecto, Barros (2019, p. 57) classifica os assentos paroquiais como fontes seriais, por serem homogêneos e apresentarem uma continuidade, um certo padrão e repetições e recorrências. A fonte documental possui “um caráter histórico-social” refletindo “aspectos da cultura de um povo e das circunstâncias políticas, ideológicas e econômicas de uma sociedade” (Simões; Costa, 2009, p. 37). Da mesma forma, Castillo Gómez (2003, p. 97) deixa claro que os estudos da história da cultura escrita têm o objetivo de analisar as práticas de leitura e escrita difundidas em uma sociedade.

No desenvolvimento do presente estudo, foram recolhidas as assinaturas das testemunhas de casamento no final de cada registro, à medida que essa informação estava disponível, pois a ausência das assinaturas das testemunhas predominou na maior parte dos 231 assentos de casamentos do primeiro livro de registros paroquiais da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (1719-1753), Capitania de Sergipe d’El Rey.

Os assentos de casamentos foram produzidos em um contexto jurídico-religioso, com uma estrutura bem estabelecida que requer o uso de uma macroestrutura determinada e fórmulas fixas que, teoricamente, permitem poucas variações para o labor do *scriptor*. Apesar disso, os registros apresentam certas particularidades influenciadas pelo contexto sócio-histórico de produção, e, às vezes, pelos próprios dados (in)disponíveis, como, por exemplo, a falta de informações sobre o perfil social das testemunhas e a ausência de assinaturas.

A análise das práticas de escrita das testemunhas de casamentos do sertão de baixo do Rio São Francisco, apresentada na próxima seção, será realizada com base no campo da História Social da Cultura Escrita, do labor filológico e do estudo paleográfico.

4 “SENDO PREZENTES POR TESTEMUNHAS...”

Na Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, na primeira metade do século XVIII, temporalidade que abarca o livro nº 1 dos registros de casamentos, possui pouca ou nenhuma informação sobre as testemunhas, sendo assim, recorreremos ao cruzamento das fontes seriais, através dos registros de casamentos, batismos e óbitos para delinear o perfil de algumas dessas testemunhas, quando foi possível e necessário.

Nas subseções seguintes, serão apresentadas informações sobre as testemunhas e a relação da prática de escrita, a partir da escala de assinaturas de Magalhães (1996, p. 443) e pela análise paleográfica de Petrucci (2002).

4.1 AS TESTEMUNHAS MASCULINAS

Ao analisar os assentos de casamentos e, em especial, as assinaturas das testemunhas, ficou evidenciada a presença marcante dos homens e de sua posição social. A titulação ou cargo investido por estas pessoas permearam as fontes, com frequência mais intensa aos agentes militares (capitão-mor, capitão, tenente, sargento-mor, sargento, alferes, ajudante, comissário) e aos eclesiásticos (padre e sacristão). Nesse sentido, a habilidade de ler e escrever reflete um significado político em torno dos arranjos sociais, concebidos, sem dúvida, como verdadeiros atos de poder, consumados pela escrita (Castillo Gómez, 2003, p. 118).

Recorreu-se a escala de assinaturas, elaborada por Magalhães (1996), mostrada anteriormente no **Quadro 2**, com o intuito de perceber a relação das testemunhas com a cultura escrita, por meio do nível de letramento. Serão apresentados exemplos de cada nível da escala, a partir das assinaturas analisadas.

Figura 1: Assinatura do Capitão Dom Jozeph de Souza e do Licenciado Luís Nunes da Silva



Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 38 r.).

A **Figura 1** traz as assinaturas das duas testemunhas do casamento do Ajudante Antônio da Cruz Garcia com Beatriz Velloza, realizado na Igreja de São Braz, na Freguesia de Nossa Senhora do Ó, Bispado de Pernambuco, na presença do Vice Vigário Gonçallo Vellozo de Souza.

De acordo com a tabela de nível de leitura e escrita desenvolvida por Magalhães (1996), as assinaturas se encaixam no nível 5, demonstrando um domínio completo das habilidades de leitura e escrita, o que se obtém com muito treinamento, além da presença de marcas pessoais, como os arabescos⁸. Petrucci (2002, p. 28) considera como indivíduo culto aquele que domina sem dificuldade as tipologias gráficas e a produção de textos e são leitores e escritores ativos.

O licenciado⁹ Luiz Nunes da Silva aparece apenas neste assento, enquanto o Capitão Dom Jozeph de Souza atuou como testemunha em 12 casamentos entre os anos de 1728 a 1737. Além do Capitão Dom Jozeph de Souza, encontram-se outras testemunhas que se repetiram ao longo de um determinado período. Provavelmente, a posição social e a importância de saber ler e escrever motivavam a escolha de testemunhas que

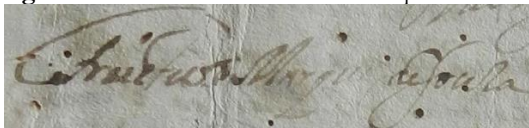
⁸ “Arabescos, s. m. pl. (t. de pint. e esculpt.) Uns como ramos, com flores e folhagens inventadas à fantasia do pintor, ou esculptor” (SILVA, 1789, v. 1, p. 248).

⁹ “Licenciado, s. m. grão de ____, o que nas universidades se dá ao aprovado nos Exames de Conclusões magnas, e Exame privado. O sujeito que tem esse grão” (Silva, 1789, v.2, p. 22).

contribuiriam para o fortalecimento dos laços de amizades e parentescos dentro da sociedade do sertão de baixo.

Na figura 2, seguinte, observa-se outro nível da escala:

Figura 2: Assinatura de Frutuozo Marques de Souza

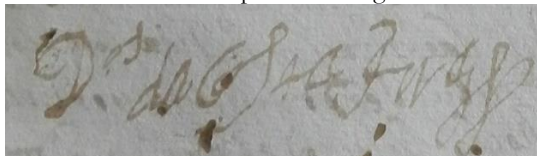


Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 27 r.).

A assinatura de Frutuozo Marques de Souza (**Figura 2**), remente às características do nível 4, em que se verificam as letras escritas de forma cursiva mais harmoniosas, o que exige do assinante maior treino na prática da escrita. De acordo com Moraes (2009), a letra mais cuidada e de fácil compreensão é resultado da prática dos modelos do período denominado ‘caligráfica’, não havendo por parte do assinante a apropriação criativa da habilidade de escrever, como pode ser observado nas assinaturas da **Figura 1**.

A seguir, na figura 3, veremos mais um exemplo:

Figura 3: Assinatura do Capitão Domingos da Costa Ferreira



Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 77 r.).

A assinatura do Capitão Domingos da Costa Ferreira (**Figura 3**) pode ser classificada como de nível 3. De acordo com Moraes (2009), a principal característica da escrita de nível 3 é a ausência de ligação entre as letras, demonstrando pouco reforço de treinamento de escrita pelo assinante. Os indivíduos que se encaixam neste nível de letramento conseguem ler, assinar seu nome de forma completa e escrever pequenos textos, porém com alguns erros devido à grande ligação com a oralidade.

Magalhães (1996; 2000) também traça um perfil do assinante que está entre os níveis 3 e 2 da escala de assinaturas, informando que este indivíduo é um leitor/assinante rudimentar, lê de forma compreensiva e faz leitura coletiva, assina razoavelmente e escreve pequenas mensagens, embora com falhas gramaticais.

Continuando a análise, observa-se a assinatura de Manoel dos Santos que enquadra nas características do nível 2, como pode ser visto na **Figura 4**:

Figura 4: Assinatura de Manoel dos Santos

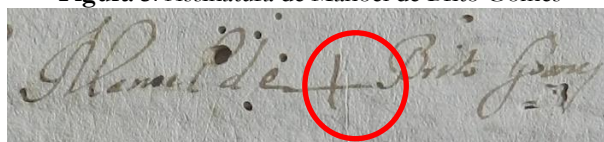


Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 11 r.).

Ao observar a **Figura 4**, percebe-se que as pessoas, cujas assinaturas estão inseridas no nível 2, fazem assinaturas imperfeitas, rudimentares e até mesmo abreviadas, além do uso de maiúsculas no lugar de minúsculas e vice-versa. A escrita é feita de modo inseguro e não segue uma linha reta (Morais, 2009). De acordo com Magalhães (1996), as pessoas com esse nível de assinatura seriam capazes de ler e escrever mal ou apenas escrever o nome.

Em seguida, observa-se a assinatura de Manoel de Brito Gomes, classificada na escala de nível 1.

Figura 5: Assinatura de Manoel de Brito Gomes



Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 11 r.).

Na assinatura sinal (indicada pelo círculo na **Figura 5**), a pessoa colocava uma cruz antes ou depois do seu primeiro nome, por não conseguir formar letras, e não sabiam ler nem escrever. De acordo com Magalhães (2000), os sinais (na maioria das vezes uma cruz) indicam que os indivíduos que os “rastream” participam de decisões sociais, enquanto outros nem sequer são autorizados ou reconhecidos como capazes de fazê-lo. A assinatura por meio de um sinal indica que o indivíduo está incluído no espaço das escrituras e não está excluído de responsabilidades sociais.

Considerando a origem, o sexo, as variáveis socioeconômicas e a condição jurídica das testemunhas, percebe-se que a escolha de cada uma delas restringia-se a alguns setores mais favorecidos economicamente do Sertão de baixo do Rio de São Francisco. As fontes oferecem pouca ou nenhuma informação sobre as testemunhas, apenas menciona cargos, especialmente os agentes militares. Alguns registros informam a condição social de escravo ou forro e características étnicas como preto, crioulo, pardo, mestiço. As fontes evidenciam que a maioria das testemunhas pertenciam a elite local e detinham as habilidades de ler e escrever, embora em níveis diferentes, como foi mostrado na escala de assinaturas de Magalhães (1996).

4.2 A (IN)VISIBILIDADE DAS TESTEMUNHAS FEMININAS

Em relação à participação das mulheres, como testemunhas de casamentos, encontramos na fonte estudada, a presença feminina com menor frequência em relação aos homens. Atribui-se esta tímida presença, ao fato de que as mulheres eram preparadas, neste período, para as atuações no espaço doméstico e para as situações da vida religiosa de uma forma passiva.

Do universo de 231 registros de casamentos, apenas em 19 assentos constam da presença de testemunhas femininas (algumas participam de mais de uma cerimônia de

casamento), compondo um grupo bastante heterogêneo, conforme demonstra o **Quadro 3**, a seguir.

Quadro 3: Testemunhas femininas

Nº	Ano	Testemunha	Marido / Senhor	Freguesia
01	1719	Maria Jozepha	Mulher de Domingos Martins Torres	. ¹⁰
02	1720	Maria	Escrava ¹¹ do Alferes Francisco da Silva	-
03	1721	D. Maria de Mattos	Mulher viúva	Freguesia de Nossa Senhora do Ó, da parte de Pernambuco.
		Izabel de Oliveira	Mulher de Miguel Roiz'	-
04	1720	Paula de Andrade	Mulher de Antônio Fernandes de Mendonça	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
		Maria de Afoncequa	Mulher de Felipe Carvalho	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
05	1721	Francisca Pereira	Mulher do Sargento Mor Francisco Pereira de Castro	Freguesia de Nossa Senhora do Ó, na parte de Pernambuco.
		Maria Elmes de Carvalho	Mulher de Joam de Bitencor	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
06	1722	Clara da Motta	Mulher do Capitão Antônio da Motta Pinto, filha legítima de Felipe Pimentel e de Maria da Roza.	Natural deste Rio de S. Francisco - Freguesia de Santo Antônio de Vila Nova.
07	1722	Ignacia	Parda, escrava de D. Maria Magdalena.	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
		Custodia	Mestiça, escrava de D. Maria Magdalena.	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
08	1722	Roza Maria	Mulher de Manoel de Souza Barbalho	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
		Anna Glz'	-	-
09	1722	Maria de Affoncequa	Mulher de Felipe Carvalho	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
10	1722	Maria da Cruz	Mulher de Pedro da Cruz	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
		Izabel Carvalho	-	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
11	1723	Roza	Crioula forra	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
		Gracia Lopes	Preta forra	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo

¹⁰ O traço indica que a informação não foi encontrada na fonte documental.

¹¹ Termo utilizado na documentação pesquisada. Atualmente, utiliza-se o termo escravizado(a).

12	1724	Maria Elmes de Carvalho	Mulher de Joam de Bitencor	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
13	1725	D. Catharina de Vasconcelos	Mulher de José Gonçalves de Oliveira	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
14	1725	Francisca Rodrigues Teixeira	Mulher de Manoel dos Santos Cardoso	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
15	1725	Theodozia	Mulher de Francisco Gomes, escravos dos R. Religiosos da Companhia de Jesus da Fazenda Jaboatam.	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
16	1726	Maria Magdalenna da Silva	Mulher do Alferes Domingos de Siqueira Lima	Ilha do Ferro - Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
17	1727	[ilegível]	Mulher do Capitão Joze Vieira	Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Villa do Penedo
		Maria Vieira	Mulher de Manoel Soares Vieira	Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Villa do Penedo
18	1731	Maria Magdalena da Silva	Mulher do Alferes Domingos de Siqueira Lima	Ilha do Ferro - Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
19	1732	Margarida Vieyra de Brito	Crioula forra	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo
		Elena de Souza	Crioula forra	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo

Fonte: Elaboração própria.

O panorama das testemunhas femininas mostrado no **Quadro 3** revela as características desse grupo de acordo com a classe, geração, etnia, local de origem, caracterizando um grupo diversificado nestas questões. No entanto, ao pensar dentro da "categoria" escrita e leitura, há outro dado que se encontra nas fontes referente à assinatura da testemunha feminina, ou melhor dizendo, a ausência dela.

Para entender melhor esta questão, recorreu-se novamente a pesquisa de Santos (2011), que investigou sobre a circulação do saber entre as mulheres de posses na Capitania de Sergipe d'El Rey, que com a morte dos seus maridos, assumiram atividades que estavam além do ambiente doméstico, como a administração dos bens da família e a tutoria dos órfãos. A pesquisa de Santos (2011, p. 127) revelou que algumas destas mulheres assinaram a rogo e outras grafaram os seus próprios nomes nos inventários de seus maridos.

Para a análise do nível de instrução das testemunhas femininas encontradas nos registros de casamentos, será levado em consideração o fato de que a constituição dos modelos de instrução elementar elencados por Santos (2011, p. 239) predominaram na segunda metade do século XVIII e estiveram voltadas para às pessoas de posses. As mulheres, presentes no corpus do presente estudo, foram "testemunhas presentes" em um momento mais recuado do passado (1719 -1732). Esse fato, tende para o geral, se apoiar no pressuposto de que a instrução elementar era considerada como um dos

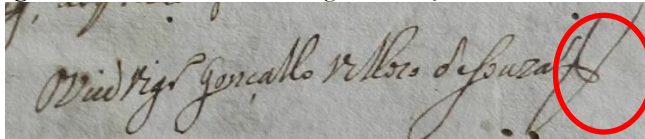
elementos essenciais para a participação na sociedade, e, considerando essa orientação, a presença da mulher em eventos fora do ambiente doméstico era mais raro.

Dos assentos que apresentaram testemunhas femininas, em três deles há a assinatura a rogo. Em sua pesquisa, Santos (2011) declara:

analisando os trinta e sete inventários das mulheres de posse da Capitania de Sergipe Del Rey, ficou evidente em trinta e dois documentos, ou seja, 86% do total, que as mulheres demonstraram não ter capacidade de grafar o próprio nome. Essas mulheres assinaram a rogo, ou seja, recorreram a um terceiro, geralmente, um parente próximo, como filho, irmão ou cunhado, para assinarem por ela (Santos, 2011, p.127).

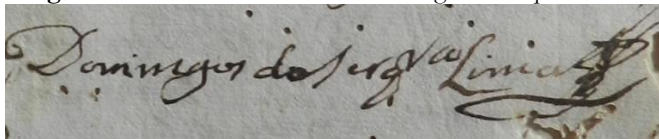
A título de ilustração, será apresentado o registro lançado em 31 de agosto de 1731, sendo testemunhas presentes D. Maria Magdalena da Silva e seu marido, o Alferes Domingos de Siqueira Lima, do casamento de Damião Bezerra, viúvo de Joanna Bezerra, escravo do Coronel Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco, com Paulla Pereira, também viúva, crioula forra, cuja celebração ocorreu na Igreja de São Pedro da Missão dos Padres Capuchinhos Italianos, na presença do Vice Vigário Gonçallo Vellozo de Souza. Ao final do assento, constam a assinatura do vice vigário, a assinatura do Alferes Domingos de Siqueira Lima e a assinatura a rogo de D. Maria Magdalena da Silva, traçada pelo vice vigário. As **Figuras 6, 7 e 8** mostram as assinaturas presentes no referido assento:

Figura 6: Assinatura do Vice Vigário Gonçallo Vellozo de Souza

A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged paper. The signature is written in a cursive script and reads "Vice Vigário Gonçallo Vellozo de Souza". The final part of the signature, including the last name and surname, is circled in red.

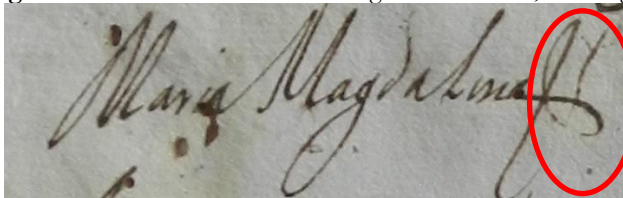
Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 20 r.).

Figura 7: Assinatura do Alferes Domingos de Siqueira Lima

A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged paper. The signature is written in a cursive script and reads "Domingos de Siqueira Lima".

Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 20 r.).

Figura 8: Assinatura de D. Maria Magdalena da Silva, com rogo

A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged paper. The signature is written in a cursive script and reads "Maria Magdalena da Silva". The final part of the signature, including the last name and surname, is circled in red.

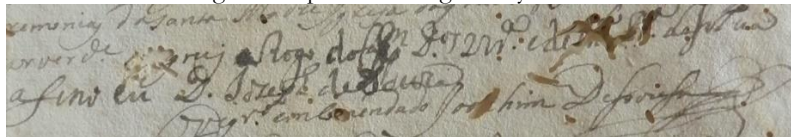
Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 20 r.).

Ao observar a assinatura da **Figura 6**, do Vice Vigário Gonçallo Vellozo de Souza, que transita pelo nível 4 e 5 da classificação elaborada por Magalhães (1996), apresentada no **Quadro 2**, pode-se perceber a mesma marca pessoal ao final da sua assinatura e da assinatura de D. Maria Magdalena da Silva, feita a rogo, confirmando o que foi constatado em Santos (2011):

O fato de a maioria das mulheres setecentistas sergipanas ser não-assinantes é bastante significativo, pois era um forte indicativo da condição feminina na sociedade colonial e da instrução que era a elas destinada (Santos, 2011, p. 129).

Ao lavrar o assento, o *scriptor* não informou quem assinou a rogo da testemunha, justificativa encontrada em outros dois assentos lançados pelo Vigário encomendado Joaquim de Souza. Sendo um deles em 06 de maio de 1728, na celebração do casamento de Theodozio da Costa com Antônia Teyxeira, realizado na Igreja da Missão de São Pedro dos Reverendos Padres Capuchinhos Italianos, na presença do Padre Vitiliano de Milano, sendo presentes por testemunhas o Capitão Domingos Vieyra, viúvo, morador na Ilha do Ferro, na Freguesia de Santo Antônio do Urubu; e Antônio Pereira da Silva, casado, morador na mesma localidade, com assinaturas a rogo do Capitão D. Jozeph de Souza, como ilustra a **Figura 9**.

Figura 9: Assinatura a rogo do Capitão Domingos Vieyra e de Antônio Pereira da Silva



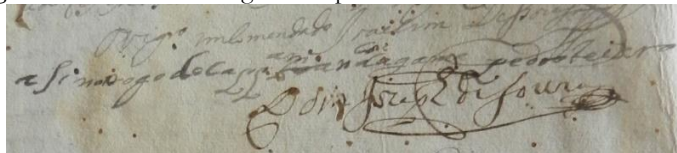
Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 11 v.).

Transcrição:

Asigney a Rogo do C.^{am} D.^{os} Vir.^a ede An.^{to} Pr.^a daSilva |
Asino eu D. Joseph de Souza

O outro exemplo ocorreu aos 14 dias do mês de agosto de 1728, na Matriz de Santo Antônio do Urubu, na celebração do casamento de Jozeph Correa com Valéria, na presença do Padre Joaquim de Souza e sendo presentes por testemunhas o Capitão D. Jozeph de Souza e o Capitão Francisco da Gama de Andrade. D. Jozeph de Souza assina a rogo da outra testemunha, como mostra a **Figura 10**.

Figura 10: Assinatura a rogo do Capitão Francisco da Gama de Andrade



Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 12 r.).

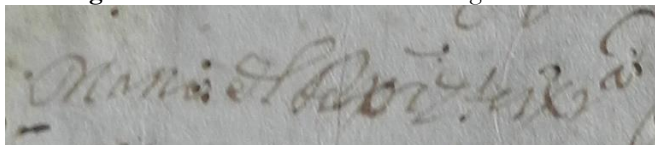
Transcrição:

asino Rogo do Capp.^{am} fra.^{co} da gama |
Dom Jozeph deSouza

A assinatura a rogo era uma prática comum à época, mas o que chamou a atenção é o caso do Vice Vigário Gonçallo Vellozo de Souza não informar nos registros que ele assinava a rogo de algumas testemunhas, a exemplo das mulheres e de testemunhas pertencentes à população cativa.

Outro exemplo verificado ocorreu no assento (f. 22 r.) datado de 12 de janeiro de 1732, ocorrido na Matriz de Santo Antônio do Urubu, também na presença do Vice Vigário Gonçallo Vellozo de Souza, na celebração nupcial de Manoel de Silveyra, do gentio da Guiné, viúvo de Luzia de Oliveira, também do gentio da Guiné, escravos de Domingos de Oliveira, sendo testemunhas Manoel Rodrigues Teixeira, Margarida Vieyra de Brito, crioula forra e Elena de Souza, crioula forra. Ao final do assento, além da assinatura do vice vigário, e da testemunha masculina, as testemunhas femininas têm a assinatura com rogo. Veja-se:

Figura 11: Assinatura de Manoel Rodrigues Teixeira



Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 22 r.).

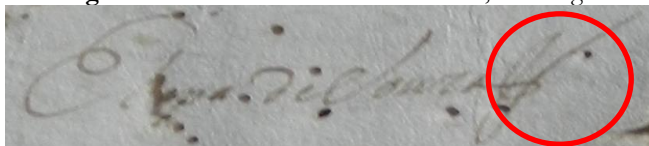
A testemunha masculina assina o seu nome, deixando sua marca gráfica no assento. A assinatura se aproxima do nível 2 (Magalhães, 1996), grafada com abreviaturas e de forma insegura. Quanto às testemunhas femininas, a assinatura a rogo foi utilizada novamente, como ilustram as **Figuras 12 e 13**.

Figura 12: Assinatura de Margarida Vieyra de Brito, com rogo



Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 22 r.).

Figura 13: Assinatura de Elena de Souza, com rogo



Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 22 r.).

A assinatura a rogo, como dito anteriormente, não deixa registro gráfico do assinante, e sim da terceira pessoa que assinou o documento. A marca identificada do assinante, neste caso, corresponde a mesma marca deixada ao final da assinatura do Vice Vigário Gonçallo Vellozo de Souza. Novamente, não houve a justificativa normalmente utilizada neste caso “Assino a rogo de ...”.

Quanto às demais testemunhas femininas, as suas assinaturas não foram grafadas nos registros, nem com sinal ou a rogo. Percebe-se que, no que concerne ao contexto da época, é muito provável que a aprendizagem de leitura e escrita estava muito distante da realidade dessas mulheres e que, apesar da circunstância, elas não foram impedidas de participar deste evento social, o qual foi relegado às mulheres dessa mesma comunidade em tempos posteriores, como ficou evidenciado na fonte, as testemunhas femininas desaparecem completamente após o ano de 1732.

Na subseção 4.3, a seguir, serão apresentadas as testemunhas escravizadas e forras e seus níveis de leitura e escrita.

4.3 AS TESTEMUNHAS ESCRAVIZADAS E FORRAS

Esta subseção volta-se para a presença da população escravizada e forra como testemunhas presentes nos assentos de casamentos. Nesses registros, encontraram-se casamentos de escravizados e forros, com os mais diversos perfis sociais das testemunhas, porém, neste artigo, será analisada a assinatura, ou melhor, a ausência dela, das testemunhas escravizadas ou forras. No **Quadro 4**, a seguir, são apresentados os dados encontrados:

Quadro 4: Testemunhas escravizadas ou forras

Nº	Data / fólio	Testemunha	Marido /Senhor
01	11/02/1720 (f. 2 v.)	Cosme	Escravo do Capitão Mor D. Pedro de Souza
		Joam	Escravo de Pedro Correa
		Maria	Escrava do Alferes Francisco da Silva
02	06/02/1723 (f. 5 v.)	Antonio das Neves	Crioulo forro
		Manoel	Escravo de Maria Gomes
		Roza	Crioula forra
		Gracia Lopes	Preta forra
03	21/05/1725 (f. 8 r.)	Arcangelo	Escravo de João de Souza Passos
		Francisco Gomes	Escravos dos R. Religiosos da Companhia de Jesus da fazenda de Jaboatão.
		Theodozia	
04	05/03/1726 (f. 9 r.)	Vicente Gomes	Escravos do Coronel Alexandre Gomes
		Ignácio Gomes	Ferrão Castelo Branco
05	22/10/1730 (f. 15 r.)	Bernardo Pereira da Cunha	Escravo dos Reverendos Padres da Companhia de Jesus
		Arcangelo de Abreu de Lima	Escravo de João de Souza Passos
06	13/05/1731 (f. 18 r.)	Marçal Pereira de Faria	Crioulo forro
		Bernardo Martins	Escravo de Juliana Martins
07	30/11/1731 (f. 21 r.)	Vicente Gomes	Escravos do Coronel Alexandre Gomes
		Antônio Cardoso	Ferrão Castelo Branco
08	23/10/1732	Pedro Gomes	

	(f. 25 v.)	Damião Bezerra	Escravos do Coronel Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco
09	23/10/1732 (f. 26 r.)	Antônio Madeyra da Costa, crioulo	Escravos do Coronel Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco
		Pedro Gomes	
10	23/10/1732 (f. 26 r.)	Pedro Gomes	Escravos do Coronel Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco
		Vicente Gomes, crioulo	
11	12/01/1732 (f. 22 r.)	Margarida Vieyra de Brito	Crioula forra
		Elena deSouza	Crioula forra

Fonte: Elaboração própria.

A presença de testemunhas escravizadas ou forras, no espaço-tempo analisado, apontou a pouca incidência de indivíduos com essas condições sociais nos registros paroquiais desempenhando o papel de testemunha de casamento. Ao analisar os 231 assentos de casamentos, percebeu-se a semelhança encontrada por Nogueira (2011), ao pesquisar as famílias e comunidades de escravizados e forros do Sertão de Cima do Rio São Francisco (1730-1790):

O matrimônio para esses escravos significou, possivelmente, mais uma oportunidade de ampliação do espaço social de suas relações, isto porque as testemunhas dos seus casamentos tornavam-se seus compadres. Os padrinhos dos casamentos dos escravos dos Guedes de Brito, geralmente, eram pessoas livres que ocupavam posições estratégicas na sociedade local (fazendeiros, funcionários da Justiça, padres, dentre outros). Foram notificados 15 padrinhos crioulos ou pardos no universo de 300 atas de casamentos pesquisadas, denunciando que a opção pelos padrinhos livres poderia trazer algum benefício para a vida desses cativos (Nogueira, 2011, p. 110).

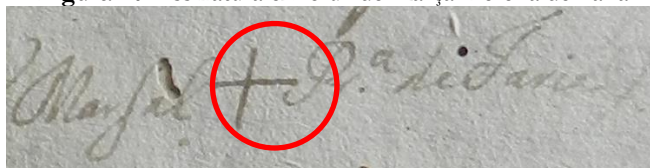
Os dados dispostos no **Quadro 4** revelaram a pouca participação da população cativa e forra como testemunha dos arranjos conjugais, como declarou Nogueira (2011) em sua pesquisa. Quanto à população indígena, foram encontradas poucas referências, mas em nenhuma delas, exercendo a função de testemunha. A guerra de conquista no sertão do São Francisco extinguiu boa parte dos gentios bárbaros e os que sobreviveram foram escravizados (Neves, 2005). Esta questão foi comprovada nas fontes paroquiais, como mostram algumas passagens: “Braz Soares índio escravo de Theodozio da Costa de Arahujo” (f. 18 r.); “Luzia Vieyra india forra do natural, e f.^a Se não sabe p Ser apanhada em guerra do gentio bravo” (f. 91 r.); “Jozepha India da terra forra eSolteira” (f. 125 r.), entre outras.

Retornando à observação das assinaturas, por fim, verificou-se que uma das testemunhas, Marçal Pereira de Faria, deixa sua marca ao assinar de cruz¹², enquanto que Bernardo Martins, Vicente Gomes, Antônio Cardoso, Pedro Gomes, Damião Bezerra e Antônio Madeyra da Costa têm todos a assinatura a rogo do Vice Vigário Gonçallo

¹² “Assignar de cruz; pôr uma cruz no logar do nome, por não saber lêr nem escrever. Diz-se d’aquelle que por ignorância ou subserviência faz quando querem d’elle, não tendo voto próprio, e subcrevendo sem exame a tudo que lhe impõem” (Silva, 1789, v. 1, p. 263).

Vellozo de Souza, e as demais não se verificou nenhuma marca. A **Figura 14** mostra a assinatura em cruz da testemunha.

Figura 14: Assinatura em cruz de Marçal Pereira de Faria



Fonte: Livro de Registro de Casamentos e óbitos. Data-limite: 1719-1757. Trecho editado (f. 18 r.).

Em relação à regularidade de testemunhas envolvendo a população escravizada e forra, percebe-se que a maior concentração, assim como das testemunhas femininas, esteve entre os anos de 1719 a 1732, e mais especificamente no período de atuação do Vice Vigário Gonçallo Vellozo de Souza.

Quanto à instrução da população cativa e forra, Santos, Amorim e Nascimento (2017), no artigo *Instrução e escravidão na Capitania de Sergipe Del Rey na segunda metade do século XVIII*, discutiram a relação da instrução e escravidão, a partir da investigação do testamento de Anna Paes Telles (1771), para evidenciar as práticas de instrução da população cativa setecentista.

As autoras, ao investigar 87 inventários judiciais do século XVIII, encontraram, no Livro de testamentos, dentre outros fatos, a instrução de escravos, como no exemplo do testamento de Dona Anna Paes Telles, mulher de elevado *status* social, poder e renda, e com base nesse documento investigaram o que acontecia à margem da lei, dado que a legislação vigente à época, a pessoa escravizada não tinha espaço para ser instruída.

As testemunhas de condição cativa ou forra da fonte pesquisada, não tiveram o mesmo destino dos escravos de Dona Anna Paes Telles, que tiveram uma instrução, embora não sabemos definir qual seria esse conjunto de saberes para esta clientela específica neste espaço-tempo.

Ao longo desta seção, buscou-se compreender como o processo de instrução e leitura ocorreu no sertão de baixo do Rio São Francisco, mais precisamente na Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (1719-1757), Capitania de Sergipe d'El Rey. Esse período referente à primeira metade do século XVIII, especificamente para o sertão do São Francisco, os estudos empreendidos sobre as práticas educativas revelaram uma exposição tímida às essas práticas, situação um pouco diferente da segunda metade do mesmo século.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, buscou-se analisar as práticas sociais da cultura escrita, a partir das assinaturas das testemunhas de casamentos do primeiro livro de registros paroquiais da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco do século XVIII. O estudo foi marcado por um modelo multidisciplinar através da edição, descrição e análise de um corpus representativo, levando em conta o contexto sócio-

histórico de produção do documento, dos usos da escrita e da habilidade de ler e escrever das testemunhas.

O estudo realizado fundamentou-se nas reflexões: quem soube escrever naquele momento particular e quais as relações sociais são representadas pela materialidade da escrita naquele microcosmo social do sertão de baixo do século XVIII? Cada assinatura analisada revelou um olhar diferente acerca da habilidade de ler e escrever. Isso porque as práticas educativas vigentes em cada época e lugar eram distintas para os diversos segmentos da sociedade e com as testemunhas de casamentos que participaram dos 231 atos sacramentais do livro paroquial estudado não foi diferente. A prática de escrita observada através das assinaturas das testemunhas (ou da ausência dela) deixou a marca da difusão cultural e da prática de leitura e escrita naquele microcosmo social.

O acesso aos registros paroquiais do sertão do São Francisco do século XVIII possibilitou a investigação sócio-histórica de uma época, permitindo aos pesquisadores a compreensão das implicações dos arranjos sociais que estavam vinculados à participação das testemunhas nos rituais de casamentos, sobretudo daquelas que dominavam a habilidade de ler e escrever, reflexo de uma posição privilegiada naquele contexto social, resultando na recorrência da participação desses sujeitos nas cerimônias matrimoniais, confirmando a hipótese de que a instrução estava diretamente relacionada às classes da sociedade e específica para cada sexo.

Uma das hipóteses constituídas diz respeito às testemunhas que não grafaram seus nomes nos registros paroquiais por não saber escrever. No entanto, tal condição não impediu que a população iletrada participasse dos arranjos sociais da comunidade em que estavam inseridos, bem como da atuação feminina e da população escravizada e forra, que, apesar do envolvimento em menor escala, como testemunhas de casamentos, participaram das práticas sociais abarcadas pelos registros paroquiais que exerciam controle das almas (Igreja) e da população (Estado).

A partir deste estudo, espera-se poder prosseguir nas investigações através dos arquivos paroquiais escritos no sertão do Rio São Francisco, fontes históricas que apresentam caminhos diversos para investigações linguísticas dentro de uma determinada espacialidade e recorte temporal, reforçando a relevância do estudo da História Social da Cultura Escrita focada nos testemunhos manifestados em diferentes usos e funções.

FONTES:

Fonte manuscrita digitalizada:

Livro de assentos de casamentos e óbitos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo do Rio São Francisco. Data-limite: 1719-1757. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA.

Fonte impressa digitalizada:

SILVA, Antônio de Morais. **Diccionario da lingua portuguesa**. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por António de Moraes Silva Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2v. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em: 01 jul 2023.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Quem lia no Brasil Colonial? Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação**, Campo Grande, 2001.

ASSIS, L. B. de; BRAGA, E.; V., PACHECO, V.; SILVA, J. A. A. da. Variação das vogais pretônicas em assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo do Rio São Francisco do século XVIII. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, 23(2), 185-207, 2021.

BARROS, J. D'A. **Fontes Históricas** – introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de paleografia e de diplomática**. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

CAMBRAIA, C.N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTILLO GÓMEZ, A.; SAÉZ, C. Paleografía *versus* alfabetización: reflexiones sobre história social de la cultura escrita. **Signo: Revista de Historia de la Cultura Escrita**, n. 1, p. 133-168, 1994.

CASTILLO GÓMEZ, A. Del signo negado al signo virtual. Cambios y permanencias en la historia social de la cultura escrita. **SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita**. Universidad de Alcalá, n. 6, pp. 113-143, 1999.

CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 5, janeiro/junho, p. 94-124, 2003.

CHARTIER, R. As práticas da escrita. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Orgs.). **História da vida privada**. Da Renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FLEXOR, M. H. O. **Inventários e testamentos como fontes de pesquisa**. 2005. Disponível em https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/maria_helena_flexor2_artigo.pdf. Acessado em 29/04/2023.

GORGULHO, T. M. B. **Aos órfãos que ficaram:** Estratégias e Práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas na comarca do Rio das Velhas (1750-1800). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MAGALHÃES, J. P. Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. **Análise Psicológica**, Lisboa, v.4, p. 435-445, 1996.

MAGALHÃES, J. P. Lire et écrire dans le Portugal d'Ancien Régime. **Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education**, 36:2, p. 514-537, 2000.

MORAIS, C. C. **Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850).** Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

NEVES, E. F. **Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil:** Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX. 1. Ed. Salvador/Feira de Santana: Edufba/UEFS, 2005.

NOGUEIRA, G. A. **“Viver por si”, viver pelos seus:** famílias e comunidade de escravos e forros no *“Certam de Cima do Sam Francisco”* (1730-1790). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2011.

PETRUCCI, A. Escrituras marginales y escribientes subalternos. **SIGNO. Revista de História de la Cultura Escrita**, v. 7, p. 67-75, 2000.

PETRUCCI, A. **Prima lezione di paleografia.** Roma: Gius Laterza, 2002.

SANTOS, V. M. dos; AMORIM, S. S.; NASCIMENTO, E. F. V.-B. C. do. Instrução e escravidão na capitania de Sergipe Del Rey na segunda metade do século XVIII. **Acta Scientiarum. Education**, 39(3), p. 255-263, 2017.

SANTOS, V. M. dos. **A mulher de posses e a instrução elementar na Capitania de Sergipe Del Rey nos anos setecentos** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SIMÕES, J. S.; COSTA, A. C. As atas paroquiais de batismo, casamento e óbito como gêneros discursivos. In: BASSANEZI, M. S. C. B.; BOTELHO, T. R. (eds.). **Linhas e entrelinhas:** as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, p. 35-58, 2009.

SPINA, S. **Introdução à edótica:** crítica textual. São Paulo: Ed. Cultrix. 1977.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, L. de M. **História da Vida Privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2018